

A Guerra na Bósnia e o Acordo de Dayton: a reformulação do Sistema de Segurança Europeu

Thamires Costa Rodrigues Lima

RESUMO

A guerra da Bósnia (1992 - 1995) foi um dos principais conflitos na Europa após a Segunda Guerra Mundial, e fato que fez com que se esculpisse um novo projeto de segurança para o continente. A política americana e europeia para esse conflito então se torna extremamente importante para entender o novo processo de segurança na região. O Acordo de Dayton, que deu fim ao conflito e delinea o novo Estado Bósnio, é significativo para entendermos o novo padrão de implementação de paz no cenário global.

A GUERRA DA BÓSNIA E O ACORDO DE DAYTON

Para entendermos as estruturas e o governo da Bósnia e Herzegovina nos dias atuais, é necessária uma extensa discussão sobre o Acordo de Dayton, acordo esse que finalizou o conflito existente entre os anos de 1992 e 1995 na região, dividiu o Estado em duas entidades territoriais, a Federação da Bósnia e Herzegovina, majoritariamente formada de bósnios-muçulmanos, e a República de Srpska, majoritariamente sérvia e moldou toda a estrutura atual do governo Bósnio, desde processo de manutenção da paz do pós-guerra a sua constituição. Esse conflito ficou conhecido como Guerra da Bósnia e que gerou 200 mil vítimas entre civis e mais de dois milhões de refugiados na região.

A situação nos Balcãs é extremamente peculiar já que o processo de criação da Iugoslávia esta inserido no contexto do fim da Primeira Guerra Mundial, devido ao esfacelamento do império austro-húngaro, com uma diversidade étnica muito forte, e era um Estado muito centralizado na imagem do Marechal Tito, que propagava a ideia da região se constituída por uma unidade e irmandade sem da ênfase na ideia das etnias.

No início dos anos 1990 a Iugoslávia era um país com dois alfabetos (cirílico e latino), três línguas (esloveno, macedônio e servo-croata), quatro religiões (católica, ortodoxa, muçulmana e judaica), cinco nacionalidades (eslovena, croata, sérvia, muçulmana e macedônia) além de várias minorias nacionais como húngaros, búlgaros, albaneses, etc., e seis repúblicas (Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia Herzegovina, Macedônia e Montenegro). Foi nessa colcha de retalhos que se deu a guerra civil do final do século XX. (AGUILAR e MATHIAS, 2012)

É na década de 1980 que diversas reformulações gradativas acontecem no leste europeu principalmente na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, dado a abertura política, glasnost, e econômica, perestroika, promovidas pelo governo de Mikhail Gorbachev. Mas, é no ano de 1991, quando acontece o esfacelamento do Estado Soviético, dando ao fim do rendimento do modelo socialista, principalmente na Europa. E é com isso que gera uma onda de democratização no leste europeu, a terceira onda, que no caso da região dos Balcãs concebe um ambiente propício ao nacionalismo desacerbado, e isso se dá à fragilidade dessa nova democracia dada a uma falta de cultura políticas nos países que passaram por esse processo devido ao pouco tempo para promover a mudança, e uma abertura contínua.

O fim da União Soviética (URSS) criou a necessidade da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, repensar o seu modo de agir após 40 anos. O fim da Guerra Fria determinou o fim da ameaça comunista e do processo de segurança vinculado ao Pacto de Varsóvia, criou-se, então, a demanda por uma reformulação da segurança coletiva. A retirada dos Estados Unidos da América faz com que ocorra a expansão da OTAN assim como um novo foco na União Europeia, que desenvolveu sua própria voz no processo de segurança (INNES et al, 2006, p.6).

A guerra da Bósnia se situa nesse período de transição do funcionamento da OTAN, e em primeiro momento esse conflito não se encaixaria no contexto de uma segurança coletiva para autodefesa, aspectos que a Organização era pautada, e é o conflito que redefine a mudança nas estruturas de segurança da Europa. Como por exemplo a redefinição do papel da União Europeia Ocidental e como esse órgão trabalharia com a OTAN no processo de segurança.

Assim começa o processo de mudança do sistema europeu de defesa, a União Europeia precisava então determinar seu próprio modelo de segurança, que agora seria feito sem a assistência direta dos Estados Unidos da América. E é ao longo desse processo que ocorre a alteração nos conflitos, o que costumava ser uma ação entre Estados se torna algo interestatais, como as guerras mundiais, se torna intraestatais, o que gera outra mudança na análise de segurança internacional. É no pós Guerra Fria que a segurança humana entra na agenda principal, junto com a construção da paz em longo termo, e não só a sobrevivência do Estado em si. Além da mudança que era extremamente ideológica em primeiro momento, uma disputa ente comunistas e capitalistas, se torna mapeada pelas diversas culturas presentes na

Europa, substituindo a Cortina de Ferro por uma Cortina de Veludo, que na verdade era tão forte e resistente como a primeira.

A Guerra da Bósnia se torna então o primeiro desafio para os novos parâmetros de segurança estabelecidos na Europa após o fim da Guerra Fria. O conflito na Bósnia é considerado o auge do processo de desintegração da República Federal Socialista Iugoslávia. Processo esse que começa com ondas nacionalistas após a morte de Josip Broz Tito, e no contexto ligado à terceira onda de redemocratização, e intensifica ainda mais as diferenças étnicas e os problemas estruturais da região, já que com a morte de Tito, o modelo de governo que tentava amenizar tais disparidades foi posto em cheque. A ascensão de líderes nacionalistas sérvios, como Slobodan Milosevic e Radovan Karadzic, tentaram fortalecer a superioridade sérvia nos Balcãs, fazendo com que os outros grupos étnicos da região se sentissem ameaçados. Isso se dá pelo fato de ambos promoverem a ideia da Grande Sérvia, algo que era pautado na imagem do império medieval sérvio, ignorando completamente as fronteiras existentes da Federação Iugoslávia, e dadas as grandes proibições voltadas aos não sérvios como, por exemplo, o toque de recolher, proibição de reunião, usar rios e direito a sair da cidade.

A onda nacionalista foi o que ocasionou a independência da República da Eslovênia, que gerou um conflito de dez dias, principalmente pela pouca resistência do Estado Sérvio já que na região não havia um grande número de sérvio, e a da independência da Croácia, que origina uma guerra de sete meses. Enquanto a Guerra para a independência da Bósnia começa em Abril de 1992 e tem seu fim apenas em 1995, quando o Acordo de Dayton é assinado, se tornando o maior conflito armado na Europa após a Segunda Guerra Mundial. O ato que deflagrou tal conflito foi o reconhecimento da comunidade europeia em abril a independência da Bósnia. Após o reconhecimento as tropas bósnios-sérvias começam os ataques sistemáticos a Sarajevo, e determina o cerco da cidade, que se inicia em Abril, assim como o início da guerra, e dura até 1996, sendo um dos cercos mais longos na história moderna.

A Europa promove os esforços iniciais de segurança no caso dos Balcãs, mandando observadores para o cessar fogo do conflito da Eslovênia, e o comitê europeu também desenvolveu planos para prevenir a Guerra na Bósnia, como por exemplo o projeto de José Cutileiro de criar três regiões autônomas em um república unitária, que foi rejeitado em seus detalhes. Os esforços Europeus para tentar promover a paz esbarraram, entretanto, muitas

vezes, na ação americana para a região. Os americanos achavam que as propostas de paz pensadas pelos Europeus recompensaria o Estado Sérvio e não asseguravam a unidade do Estado Bósnio.

O conflito da Bósnia se torna ainda mais complexo quando inserirmos os aspectos de limpeza étnica e genocídio, cometido majoritariamente pelos sérvios sobre a população Bósnio-mulçumana. Esses dois elementos invocaram o imaginário da população mundial, as imagens transmitidas em grandes jornais, o chamado efeito CNN, eram incrivelmente semelhantes às imagens do Holocausto, porém, isso não fora o suficiente para a intervenção na região, mesmo com a opinião pública ao seu favor como no caso dos Estados Unidos da América.

A guerra da Bósnia trazia uma coincidência de geografia europeia e de imagens mentais. A associação das imagens mostradas pela televisão com o Holocausto e a indignação da elite de formadores de opinião forçaram o presidente Bush a falar claro. (POWER ano p.324)

É importante citarmos que havia problemas internos e externos que dificultaram uma ação na Bósnia no período inicial do conflito, mesmo com o apoio de diplomatas como Richard Holbrooke e deputado democrata Frank McCloskey. Problemas como a burocracia em certos setores americanos, sendo um deles o de inteligência e a falta de comunicação, foram um dos principais desafios internos, muitas vezes relatórios sobre a situação na Bósnia não chegavam às mãos de quem de fato poderia levar a cabo uma discussão entre os tomadores de decisão do governo americano. Assim como a campanha eleitoral em processo, entre George H. W. Bush e Bill Clinton. Enquanto a resistência a uma intervenção armada ainda era grande, dado ocorrido na Somália em 1993, na Batalha de Mogadíscio, que ocasionou a morte de 18 soldados americanos, e o outro genocídio em curso, o de Ruanda, praticamente ao mesmo tempo do genocídio Bósnio, eram empecilhos que precisavam ser analisados.

As medidas tomadas durante o governo de Bush foram consideradas extremamente brandas. A retirada da embaixada americana em Belgrado, e fechar seus dois consulados na Sérvia foram as maiores atitudes da Casa Branca, assim como imposições de embargos econômicos e de armas. Além da retórica americana contra a Sérvia, que tentava isolar a Sérvia, mas para Milosevic, líder sérvio, isso era uma consequência tolerável, como reafirma

Samantha Power (2002). Assim como a atitude do governo Bush no discurso de “Não descansaremos até que a comunidade internacional tenha conseguido acesso a todo e qualquer campo de detenção”, sendo uma política extremamente vaga e de ampla margem de manobra, sem de fato ser uma política efetiva ou que influenciasse o contexto da guerra.

A dificuldade geográfica do local também se tornou um aspecto que dificultou a tomada de decisão a favor de uma possível intervenção já que muitas vezes era comparada com aspectos do Vietnã. Bill Clinton que, durante a corrida eleitoral, argumentou que iria sim intervir na região da Antiga Iugoslávia, quando chegou ao cargo de Presidente não conseguiu colocar esse plano em prática, já que um dos principais membros do seu gabinete, o Secretário de Estado Warren Christopher era exatamente contra intervenção militar na região.

Durante a Guerra na Bósnia, o embargo de armas a antiga Iugoslávia aumentava a discrepância entre as forças Bósniás e as paramilitares sérvias era um dos principais motivos para que as forças Bósnia perdessem territórios no começo da guerra e em segundo momento não tivesse como responder a ofensiva sérvia e os massacres. O presidente Bósnio Alija Izetbegovic, vendo o receio do sistema internacional de agir militarmente na região, pede para que o embargo seja repensado, segundo ele os próprios bósnios poderiam se defender se não fosse a divergência entre os aparatos militares. Porém tanto George H. W. Bush como os principais líderes da Europa argumentavam que tal iniciativa aprofundaria ainda mais a guerra, e só geraria um maior conflito e a derrubada de sangue na região, sendo algo que no governo Clinton voltou a ser proposta para tentar fortalecer as forças Bósniás.

Ressaltar que essa foi uma das poucas áreas de convergência entre os europeus e os americanos é importante, as principais políticas propostas pelos Estados Unidos da América durante a guerra era muitas vezes rechaçadas pelos europeus. E do mesmo modo a operação Deny Flight encabeçada pelos EUA era repugnada pelos Europeus. A operação que os americanos tinham em mente e planejavam executar junto com a OTAN proibiria as forças Sérvias de sobrevoar a região de Sarajevo, e executariam bombardeamentos pontuais em aparatos Sérvios. Ofensivas da OTAN foram usadas pontualmente, geralmente para desencorajar as atitudes sérvias, como por exemplo, após o ataque do mercado de Markale, em Sarajevo. Principalmente pela visibilidade na mídia e pela pressão da opinião pública, dois fatores extremamente importantes, já que e com o apoio da população e com relatos

jornalísticos que grandes políticos como McCloskey e outros senadores que trazem o conflito na Bósnia para debate no senado americano.

A falta de diálogo entre Europeus e norte americanos foi um dos agravantes na situação da Bósnia. O governo Francês de François Mitterand e o governo inglês de John Major foram os principais opositores às políticas propostas por Bill Clinton, como a de Lift and Strike. Para John Major, um dos maiores defensores do embargo a Iugoslávia, essas políticas poderiam vir a prejudicar as Missões de Paz da ONU. Porém, o apoio silencioso dos europeus aos sérvios se deu ao histórico de luta sérvia contra os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

No ano seguinte ao começo da guerra, houve o envio de tropas da Força de Proteção das Nações Unidas, como parte de uma intervenção humanitária. A resolução 819 do Conselho de Segurança da ONU declarava Srebrenica como uma dessas áreas, enquanto a 824 determinava a segurança de áreas como Sarajevo, Zepa, Gorazde, Tuzla e Bihac. As forças de proteção então deveriam salvaguardar essas regiões previamente determinadas. Porém, as forças das ONU não foram de fato efetivas o baixo número de militares enviados. É importante ressaltarmos que a Organização Nação Unidas não possui de fato um exército e depende dos Estados para apoiarem as suas forças de paz, tanto com efetivo humano com apoio técnico. Durante o genocídio da Bósnia, também ocorria o genocídio em Ruanda, que também precisava de um grande efetivo das forças de paz. A distribuição do efetivo humano entre esses dois eventos e a falta de apoio técnico minou tal operação. O efetivo da ONU estava tão fragilizado que no último momento da guerra os capacetes azuis foram sequestrados e muitos dele presenciaram o massacre ocorrido em Srebrenica.

O massacre de Srebrenica ocorreu durante os dias 11 a 25 de julho, ocasionando cerca de oito mil mortes de bósnios muçulmanos na região pelos paramilitares sérvios comandados pelo General Ratko Mladic. Srebrenica era uma região declarada como área de segurança da ONU, protegida pelas forças neerlandesas que não receberam respostas aos pedidos de reforço a Organização das Nações Unidas em Genebra. É após esse massacre que começa uma ofensiva mais intensa da OTAN, para de fato ocasionar o fim do conflito.

Richard Holbrooke, diplomata engajado no conflito desde seu início, foi o responsável pelas negociações do Acordo de Dayton, que transformou os 60 dias de cessar fogo em paz permanente, e oficializou o fim da guerra. Além do cessar fogo o Acordo também prever a

divisão do Estado Bósnio, que precisava ser aceitável para não gerar uma partição do Estado, mas que desencorajassem outros conflitos. Como o próprio Holbrooke cita em seu livro: *“Concede some parts of land for the sake of ending the war and obtaining peace in the region.”*

Só esse aspecto já gerava um alto grau de complexidade nas negociações, que foi agravado com o alto número de partes nas negociações. É fundamental entendermos o papel de diversos atores engajados em Dayton, principalmente, se levarmos em conta os agentes neutros que tiveram papéis extremamente importantes. Porém, o baixo grau de confiança entre as partes envolvidas no conflito, e esse aspecto vinculado aos diversos tópicos de debates de fato dificultaram as negociações.

Mesmo tendo de fato acabado a guerra e conseguido objetivos grandiosos, as negociações do Acordo de Dayton e sua implementação pouco fizeram para reconciliar as partes envolvidas e resolver os problemas étnicos da região (CAMISAR, DIECHTIAREFF, LETICA, SWITZER, PÁGINA 26). Problema esse que no começo da guerra foi usado diversas vezes pela retórica americana para não se envolver no conflito.

O secretário de defesa, Cheney, declarou a CNN: “É trágico, mas os Balcãs são um viveiro de conflitos[...] há séculos”. Bush afirmou que a guerra era “um conflito complexo, emaranhado, decorrente de animosidades muito antigas [e] de rixas que remontam a séculos”. POWER PÁGINA 327.

A retórica americana então em primeiro momento alega que o conflito da Bósnia é então uma guerra civil que é decorrente dos problemas étnicos e ódio acentuado entre os grupos, e como problema humanitário e não um genocídio de fato, assim como a retórica de grande parte da Europa. Sem de fato se ater as agressões contínuas dos paramilitares sérvios na região de Sarajevo, e ao uso de força desacerbada que ocorria. Segundo Power (2002), o imaginário, pautado por esse tipo de retórica, faz com que as intervenções militares não pareçam tão necessárias, e como se fosse algo promovido na mesma intensidade por todas as partes que estavam no conflito, algo que vai se extremamente contestado no fim da guerra, já que a maioria das atrocidades, contando com os campos de estupro, foram realizadas por sérvios.

É importante analisarmos a retórica americana no decorrer do conflito e nas negociações de Dayton já que o americano Richard Holbrooke foi o principal arquiteto do

acordo, e os Estados Unidos tiveram controle de maior parte do acordo já que a Europa tinha falhado em resolver o conflito no seu próprio continente. Dada a complexidade das negociações, os diversos interesses e a problemática da comunicação entre partes, Holbrooke decidiu usar estratégias simplificadoras, como por exemplo, a criação de coalizões. O mecanismo de coalizações fez com que diversos atores se aglomerassem em torno dos seus interesses. O *Contact Group* formado pelos Estados Unidos, o principal ator e negociador do grupo, e Europa se voltava a analisar e promover o suporte da OTAN no pós guerra da região. Os Sérvios, representados por Milosevic, priorizavam a criação da Republik de Spsrka, e os Bósnios e Croatas criavam uma balança de poder contra os Sérvios.

A primeira meta de Dayton era o fim da guerra e o fim do cerco a Sarajevo. O reconhecimento das fronteiras da Bósnia com o Estado Croata e o Sérvio, o reconhecimento do Estado Bósnio, e a criação das duas entidades no Estado, a sua nova administração, assim como sua estrutura de governo, eleições, também são pautas presentes em Dayton. O Acordo então cria dispositivos para assegurar a estabilidade nos Balcãs, e procura executar uma forma de democracia de fato eficaz na região. O envolvimento das Organizações Internacionais do State Building e governança do Estado Bósnio são de longo prazo, e não negociável, criando assim um novo padrão de intervenção e aumentando a autoridade das Organizações no processo de democratização.

A questão da democracia vinculada ao acordo de Dayton é extremamente relevante, já que as estratégias usadas em sua implementação são com características da democracia liberal, um modelo ocidental, ou seja, uma imposição externa que foi supervisionada por organizações internacionais, que não levaram muito em conta a cultura política local e suas especificidades. Isso se dá ao fato da democracia estar extremamente ligada com a construção da paz, já que no cenário internacional, ela se tornou componente chave para esse processo. Madeleine Albright, a ex secretária de Estado dos Estados Unidos da América, afirma que todo o processo de Peace built pensado para o país foi feito na América, assim como os parâmetro e as metas para o Estado da Bósnia.

A democratização se torna um dos pilares do acordo de Dayton e sua consolidação se torna necessário para o sucesso dos acordos. Isso se dá pela mudança no cenário internacional, a propagação da democracia ao se tornar ligado à construção de paz, se torna alvo das organizações internacionais, para promovê-la ou assegurá-la. Porém, o esse processo

está altamente ligados a métodos que visam apenas à implementação de instituições democráticas e eleições, que segundo Gunther (ANO) são apenas uma parte do sistema democrático, a outra parte seria a cultura política e valores interligados à democracia.

É em Dayton também que começamos a repensar a soberania de um Estado Nação, e os parâmetros de intervenções internacionais. Em seu primeiro momento, Dayton tinha previsto uma administração internacional da Bósnia durante um curto período de tempo, mas, após três anos de sua implantação, a administração internacional é estendida para um processo de longo termo, sem termo definido.

É necessário citarmos a atuação de forças mantenedoras da paz da ONU, conhecidas como peacekeeping, na região dos Balcãs após o genocídio, para impedir que novos problemas políticos na região gerasse outro conflito, acarretando outro genocídio ou a volta de práticas de limpeza étnica como algo primordial no pós-guerra, principalmente, em caso de problemas étnicos como no caso da Bósnia.

Porém, é de extremamente necessário analisar as intervenções internacionais no território Bósnio, principalmente na região da República de Sprska, que até hoje há problemas de execução de políticas na região e de cooperação, como por exemplo, em recolhimentos de dados. Atualmente a região da República de Sprska é pouco habitada, e no primeiro momento pós-guerra, os refugiados que moravam na região não voltaram. Isso se dá pelo fato de que apesar do acordo de Dayton de fato criar um Tribunal Penal Internacional, não declarou nenhum culpado de fato, esperando os procedimentos longos do TPI, e viabilizando a influência de Rakto Mladic e Radovan Karadzic na República Sérvia.

Assim como Slobodan Milosevic, que participou das negociações de Dayton, e continuou como presidente da República Federal da Iugoslávia até os anos 2000 e participou como um dos principais negociadores no Acordo de Dayton, representando a República Sérvia, algo que foi extremamente criticado tendo em vista que Slobodan promovia a supremacia sérvia, que gerou a limpeza étnica e o genocídio. Milosevic só veio a ser acusado pelo Tribunal Internacional para a Antiga Iugoslavia após a intervenção da OTAN decorrente do conflito do Kosovo.

Um dos problemas gerados pelo acordo de Dayton foi então a falta da autonomia do governo bósnio em aplicar políticas. Em sua grande maioria as políticas aplicadas na Bósnia

são debatidas no The Office of the High Representative, em Bruxelas, e passa por uma grande cadeia burocrática para ser executada e com pouco envolvimento local. Já que no caso da Bósnia, essa administração internacional e o próprio acordo de Dayton não altera a falta de autonomia do Estado da Bósnia. Durante o período da Iugoslávia, por exemplo, a região da Bósnia não possuía de fato uma autonomia, e após Dayton, apesar de ser um Estado reconhecido internacionalmente e considerado soberano, ele não é de fato autônomo, como afirma Sunsan Woodward, alias segundo a autora Dayton agrava tal situação, tendo em vista a dependência do Estado Bósnio das organizações internacionais. Algo que também é afirmado por David Chandler:

In effect, Bosnia, under Dayton, has been governed by a network of international community institutions representing the major world powers, with NATO, the UN Mission in Bosnia and Herzegovina (UNMiBH) and the OSCE Mission in Bosnia and Herzegovina as leading implementing organs.
CHANDLER 2002

O processo de repartição do território Bósnio, o modelo de governo com três presidentes, e a criação da nova constituição, todos previstos em Dayton, não altera a situação da autonomia do Estado da Bósnia e dos Bósnios como sociedade, já que até hoje os principais cargos na Bósnia são exercidos por estrangeiros, gerando uma falta de representatividade e uma divisão de poder desequilibrado entre as instituições internacionais e os representantes do governo bósnio, assim como não lida com problemas estruturais e específico, que de certa maneira ocasionaram o conflito.

Sendo um deles o problema econômico, que vinha desde o período de Tito, já que a Bósnia era a república mais pobre da Iugoslávia. O Acordo de Dayton abre então na Bósnia uma economia de mercado, algo que pode ser considerado muito abrupto já que não houve nenhuma mudança econômica entre o período comunista e o período pós Dayton, esse processo na verdade fez com que a Bósnia dependesse de investimentos externos e não repensassem problemas econômicos estruturais como o desemprego da região que hoje gira em torno de 25%, e outros problemas de longo prazo não foram de fato discutidos em Dayton.

Democratic constitutions are like fortresses – their institutions must be well designed and well built, but they also be well manned by democrats and who believe in them. When they culture matches the structure they are said to be congruent, but when they do not fit, the culture is said to exhibit political alienation. (NEWTON e DETH, 2010, p. 176)

Ou seja, o aspecto da cultura política e sua influência no processo democrático da Bósnia não foi levado em conta nesse processo. É um ponto de extrema importância tendo em vista que é a cultura política que sustenta esse tipo de governo, e é com a participação política e processos como a accountability que gera a estabilidade do sistema político. E, portanto a estabilidade da região.

Assim como o processo de redemocratização não levou em conta os aspectos específicos da região, que em toda a história recente da região só teve um pequeno período de democracia em vigor antes do conflito. A democracia com aspectos liberal promovida pelo ocidente não fazia parte da cultura política local, e o único período de democracia na Bósnia foi extremamente nacionalista.

Rebuilding Bosnia in the aftermath of a long and bloody war over ethnicity and territory would involve not only reconstituting a deeply divided political community and building up state institutions almost from scratch, but also simultaneously putting the country on the path to free-market capitalism and liberal democracy, two conditions which Bosnia had not previously known. Not only was Humpty Dumpty to be put back together again, he was to be given a new identity and a completely different personality. DOUNAIS (2005 p. 1)

Ou seja, os Acordos de Dayton na sua formulação foram de extrema importância, mas possui suas falhas principalmente quando se levam em consideração as especificidades locais como a cultura política do país em questão. Assim como as diferentes interpretações que podem ser consideradas em diversos aspectos, sendo um dele quem e sobre quais circunstâncias podem exercer o poder executivo na Bósnia e no processo de monitoramento internacional da Bósnia, como ressalta Chanlder (2000)

“The Dayton agreement was rigid where it concerned the limits to Bosnian self-rule but extremely flexible in relation to the powers which the international community could exercise over this nominally independent state.” CHANDLER (2000 p.

Isso se dá principalmente ao fato da extrema complexidade nas negociações, e também a falsa ideia de cooperação estabelecida em Dayton, entre as partes de guerra, como a já citada participação de Slobodan Milosevic, segundo afirma Camisa et al, ”Trying to create na ilusion of cooperating and implementing only the parts of the agreement that benefited their power”. É durante a mediação de Dayton, que levantamos a questão da cooperação forçada através do uso da força.

Temos que levar em consideração o contexto extremamente sangrento que o Acordo de Dayton está inserido, e por causa disso o Acordo possui suas principais preocupações em acabar com o conflito existente imediatamente e não se atém aos problemas profundos que podem vir a ocorrer. A sua importância em termos de funcionamento do Estado Bósnio, também é significativo não só no quesito de redefinição da soberania e autonomia.

Outra crítica ao Acordo de Dayton é sobre como ele determina, e de certa forma é excludente com as minorias no Estado Bósnio. No Acordo só é reconhecida três etnias, os Bósnios mulçumanos ou Bosniaks, Croatas e Sérvios, o que gera um enorme problema na distribuição de direitos na região. E as outras etnias minoritárias não recebem nenhum tipo de direito por não estarem entre esse três grupos pré-determinados. Direito esse que são considerados básicos, e de extrema importância, e são propagados como essenciais pela ONU. Ou seja, o acordo em si, não é extremamente viável.

O projeto de Peacebuilding na Bósnia, como já citado nesse artigo, é de extrema importância e deve ser mantido, procurando então, manter a paz na região, mas também procurar métodos de reconciliação étnica na região. Assim como o monitoramento internacional, e o processo de implementação de paz na região. Porém é necessário repensar a continuidade dessa influência internacional e como o processo de mudança irá ocorrer, tendo em vista que não há nada previsto no Acordo de Dayton sobre isso.

A necessidade dessa transição, de um poder central considerado minimalista e com várias limitações, precisa ser pensada para de fato fazer com que a Bósnia possa de fato exercer sua soberania e autonomia na região. Visando não só à relevância da região no cenário internacional, no aspecto de segurança não só da região dos Balcãs, mas de toda Europa, mas também analisando o processo democrático e a realização das políticas públicas promovidas pelo Estado Bósnio, como por exemplo, a difusão de direitos na região e outras políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

POWER, Samantha. Genocídio: a retórica americana em questão. Tradução: Laura Texeira. São Paulo. Companhia das Letras 2004.

CHANDLER, David. *Bosnia, Faking Democracy After Dayton*. London. Pluto Press, 2000.

INNES, Michael A. *Bosnian Security After Dayton, New Perspectives*. Oxon. Routledge, 2006.

SEBASTIÁN, Sofía. *Post-War Statebuilding and Constitutional Reform, Beyond Dayton in Bosnia*. Hamsphere. Palgrave Macmillan, 2014.

DOUNAIS, Timothy. *The Political Economy of Peacebuilding in Post-Dayton Bosnia*. Oxon. Routledge, 2005.

NEWTON, K., DETH, JAN. *Foundations of Comparative Politics Democracies of the Modern World*. Cambridge Univesity Press, New York, 2010.

AGUILAR, S., MATHIAS, A. Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Campus de Marília, v. 4, n 8, p.438-454. Dezembro 2012.

CAMISAR, Adriana et al. *An analysis of the Dayton negotiations and Peace Accords*. The Fletcher School of Law and Diplomacy, 2005.

BELANÇON, Leonardo. A Crise Política e a Desintegração da República Federativa Socialista da Iugoslávia. VII Congresso internacional de história, 2015, Maringá. Disponível em < www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1116.pdf > Acessado em 19/11/2016